

ENCONTRO DA DANÇA COM O MINISTRO JUCA FERREIRA

Brasília, 16 de junho de 2015.

Ministro Juca e demais integrantes da mesa

Sr. Ministro, desde a posse de Vossa Excelência, como é próprio de sua natureza pessoal, a salutar prática de escuta e do exercício democrático e republicano diuturno de se aproximar dos problemas das várias áreas de sua pasta vem se realizando por meio de rodas de conversa, encontros e até mesmo seminários para delinear o futuro das ações do ministério.

A Dança aqui representada em seus diversos setores tem a primeira reunião específica com V.Ex^a. Nessa ocasião apresentamos de forma coletiva nosso apreço pela sua escolha e aproveitamos para dizer da alegria de vê-lo retornar à direção do MinC. Acreditamos que este ministério pode retomar o protagonismo das políticas sociais e também que a cultura restabelecerá sua centralidade, na visibilidade do real pois assim é, no imaginário e nos protocolos institucionais da gestão pública.

No passado V.Ex^a nos ensinou, que as três dimensões – a cidadã, simbólica e econômica – fazem da cultura o mais contundente bem que tem uma nação para conquistar sua soberania. Esperamos que nossas palavras pela intempestividade não ecoem como prato requentado mas que emergjam no frescor do sentimento de esperança e na pujança do fazer criativo que devemos estar sempre a cultivar principalmente nos momentos de crise, como ora passa nosso país. E que nossa esperança e nossa criatividade em prol de um país mais justo, democrático e republicano estejam na fileira dos primeiros e na vanguarda das lutas contra o conservadorismo, a intolerância e a desigualdade.

Contudo, aqui estamos não só para cumprimentá-lo mas também apresentar algumas de nossas dificuldades específicas de linguagem artística.

A Dança tem forte presença na cultura brasileira mas como é do conhecimento de V.Ex^a, ao longo da história, tem sofrido sérias tentativas de reducionismo seja pelo entendimento rasteiro e frágil de mera atividade física seja pela dificuldade de reconhecerem suas especificidades como área de conhecimento e de práticas profissionais e pedagógicas.

Como exemplo, citamos as ingerências dos Conselhos Regionais de Educação Física que ainda hoje insistem em tentar legislar sobre nossa área.

Outro fato que exemplifica esta dificuldade, se encontra no âmbito da estrutura do próprio MinC, a julgar pela não representatividade da cadeira específica de Dança na CNIC, bem como a ausência de uma Diretoria de Dança na Funarte. Isso só para ficar nesses dois exemplos. A Dança continua sendo compreendida de forma equivocada e superficial.

Podemos lembrar e fazemos questão de aqui registrar que foi graças ao posicionamento de V.Ex^a, como Secretário Executivo na gestão Gilberto Gil, por ocasião da implantação das Câmaras Setoriais para a criação do Conselho Nacional de Política Cultural-CNPC, que ao ouvir a demanda do Fórum Nacional de Dança que com muito orgulho aqui represento, saiu da reunião com os artistas em Salvador e disse a célebre frase “ as meninas da Dança têm razão”.

A demanda do Fórum era a conquista da autonomia da Dança como linguagem específica no âmbito da generalização das Artes Cênicas e que seus assessores ouviram em debates com os artistas em São Paulo, em Brasília e por fim em Salvador e que não queriam atender. Foi graças à sensibilidade e inteligência de Juca Ferreira que tivemos a carta de alforria.

Pela pressão da classe de dança e por sua intervenção senhor Ministro, foi criada em 2004, a Câmara Setorial de Dança, a de Teatro e a de Circo. A ideia inicial dos técnicos do ministério era sermos no máximo uma sub câmara da Câmara de Artes Cênicas. Uma só cadeira no CNPC que abarcasse as três áreas. Dessa nossa autonomia reconhecida no âmbito do Conselho, posteriormente como Colegiado Setorial de Dança, foi possível construir e termos hoje um Plano Nacional da Dança finalizado em 2009, publicado em 2010 e ainda desconhecido da sociedade brasileira. Lamentavelmente a área da cultura sofreu nos últimos anos um significativo retrocesso. Já não aguentamos mais tanta revisão dos planos. Agora é o momento de consolidação e implementação. Não podemos ignorar todo o trabalho já realizado. Precisamos de ações que demonstrem que o governo realmente entende a importância da arte e da cultura na construção da cidadania.

Destacamos aqui alguns pontos indispensáveis para a nossa área, partindo do pressuposto de que o simbólico somente se efetiva por meio de ações concretas e estas com recursos não contingenciados.

O MinC precisa colocar em ação o que foi gestado nesses 10 últimos anos. Desburocratizar o CNPC e seus Colegiados, rever o Sistema Nacional de Cultura e retornar a estimular a participação da sociedade civil e isso sabemos que V. Ex^a sabe fazer. É só querer. E sabemos que V.Ex^a tem vontade política e sabe lutar.

Contamos com sua força e capacidade de liderança para defender mais recursos para a Cultura, a PEC 150/2003 com a PEC 421/2014 apensada é fundamental para todos nós da cultura. E nessa luta conte com nosso engajamento e apoio.

Outra demanda igualmente importante é a criação de um regime de tributação que considere a produção artística como um serviço diferenciado, visando a desoneração destas atividades. A Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamentou o Art. 37 da CF estabelecendo normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios tornou-se um entrave para as especificidades da arte e da cultura. Diversas ações referentes a alteração dos marcos legais são urgentes e imprescindíveis, já que a cultura é setor estratégico.

Destacamos da mesma forma, ser imprescindível fortalecer a articulação e mediação interministerial (MinC, MEC e MTE) com as políticas públicas de educação e cultura, com vistas a salvaguardar e fomentar a dança como área de conhecimento e manifestação artística.

Igualmente é imperativo o apoio político no Congresso Nacional nos mais diversos projetos de lei que se encontram em tramitação, a fim de garantir a Dança como área de conhecimento autônoma. A título de exemplo destacamos o PL7032/2010, fixa as diretrizes e bases da educação nacional referente ao ensino da arte. Atualmente este PL se encontra na CCJ da Câmara dos Deputados com o parecer favorável garantindo as especificidades das áreas, faltando tão somente ser incluído na pauta para a votação.

Também destacamos que desde 2001, o Fórum vem amadurecendo uma escuta no que se refere a regulamentação do profissional de dança. Hoje, se encontra na consultoria parlamentar do Senado Federal, um estudo que em breve deverá ser disponibilizado para toda a área de dança. Durante este período o FND tem tentado fazer interlocuções com diversos coletivos do Brasil, como fóruns regionais, associações, cooperativas e outros, a fim de construirmos juntos uma proposta democrática e amadurecida. Nos adiantamos para solicitar o apoio necessário para esta longa empreitada.

Em relação aos editais, apesar de entender que os mesmos não podem ser os únicos instrumentos de construção de uma Política de Estado, acreditamos na sua importância como alternativa democrática, por isso, indicamos a retomada e manutenção dos editais, com adequada avaliação e reajuste em seus valores. Editais como o de residências artísticas; o de apoio aos festivais não competitivos; o de manutenção de grupos e companhias; de programas continuados de difusão/circulação da dança no Brasil e no exterior; de fomento a pesquisa e criação, Prêmio Klauss Vianna entre outros, são indispensáveis para o desenvolvimento da dança no país.

Reconhecemos as boas intenções desta gestão ao buscar novos caminhos para a FUNARTE e para uma Política Nacional das Artes. Neste momento apresentamos nossos votos de entusiasmo ao novo presidente Francisco Bosco. Contudo, compartilhamos nossa angústia de, ainda hoje, como já dito anteriormente, perceber a dificuldade de entendimento sobre a autonomia da área de Dança. Entendemos que no organograma da FUNARTE, urge a

reorganização com a criação da Diretoria de Dança que vem sendo pleiteada pela classe há tanto tempo.

Esperamos ansiosos de que neste novo processo de escuta o governo venha, de fato, reconhecer, consolidar e formalizar as distinções das diversas áreas, criando as condições necessárias para que o Ministério da Cultura e suas vinculadas definam em suas diretrizes e operacionalizações, as distinções das área de dança, circo e teatro, em conformidade com a Moção nº25, de 23 de junho de 2010 e com a Recomendação nº23, de 06 de maio de 2011 do Conselho Nacional de Política Cultural, aprovadas por unanimidade.

Por fim, o Fórum Nacional de Dança cobrará e permanecerá com a luta em defesa da autonomia da Dança demandando de V.Exª e de todos os órgãos do MinC, a coerência com a sensibilidade e inteligência de Juca Ferreira, demonstrada em 2004.

VIVA A DANÇA!!!